

M.
Costa
Belchior

Aspectos de Sociologia no Planeamento Agrícola

1 — É razão de ser desta nota, e determina-lhe de alguma forma o conteúdo, o facto de as medidas de planeamento agrícola, que aos poucos e parcelarmente têm sido decretadas para o País, não possuírem estudos de Sociologia.

Ao supor que iniciamos uma discussão objectiva do problema, tentaremos situá-lo, demonstrando a sua importância, e enunciar desde já algumas linhas de estudo que nos surgem como mais urgentes.

É a consciência daquela importância que nos leva a expor estas notas e a lamentar simultaneamente o seu carácter fragmentário e incompleto, até porque necessariamente teórico.

SOCIOLOGIA E PLANEAMENTO

2 — O planeamento tende a ser progressivamente global, não tanto como definidor de orientações normativas em número crescente de aspectos da vida humana, mas como preocupação de ter todos esses aspectos constantemente presentes. Global quanto às necessidades a satisfazer e quanto às actividades a promover ou a coordenar; as segundas como soluções das primeiras.

Porém, à medida que o planeamento pode ou se vê obrigado a ampliar e diversificar as suas preocupações, perde o seu carácter de imperatividade sistemática e rígida; começa simultaneamente a descentralizar-se por regiões e grupos sociais, ordenando as actividades de forma mais adequada às necessidades actuais e futuras, não só da sociedade nacional, como sobretudo de todos os seus grupos e regiões constituintes, e ainda da própria sociedade internacional — o presente garantirá o futuro, sem se lhe imolar, ou imolando-se em formas mais harmónicas.

3 — Existe um jogo dialéctico entre aqueles factos: o de o planeamento *poder* ampliar-se e diversificar-se e o de *ser obrigado*

a tal como condição de eficácia. Eficácia que resultará em grande medida da adesão das populações.

No processamento daquele jogo, um planeamento pode ser levado a restringir-se a si próprio quanto ao número e à profundidade das necessidades e actividades abrangidas, não se diversificando. Isto dar-se-á, quer por razões financeiras, quer por escassez de elementos humanos aptos, quer ainda por deficiências da mentalidade geral. Mas a sua eficácia ficará em certa medida comprometida e os custos sociais serão elevados — um e outro fenómenos tanto mais acentuados quanto mais diversificada em número e intensidade for a sociedade em que se derem. O que tem levado os planeamentos a ampliarem-se e a diversificarem-se, no sentido atrás definido. Os seus custos sociais baixarão bastante na medida em que estas tendências se acentuarem.

4 — A adesão das populações é desta forma importante não só como factor directo de diminuição dos custos sociais, mas ainda como elemento imediato de eficácia das medidas terminais do planeamento. Torna-se assim imprescindível essa adesão, quer porque jogando dialécticamente leva o planeamento a ampliar-se e a diversificar-se, humanizando-se, quer porque só através dela o planeamento se pode ampliar e diversificar válidamente. E é aqui que se situa a participação das populações no planeamento, como resultado da adesão. A adesão e a participação estão assim em correspondência biunívoca.

Chegou-se desta forma a um domínio em que devemos aceitar uma verdade simples e evidente na formulação: os problemas sociais, e são-no uma grande parte dos do planeamento, requerem na sua análise métodos diversos, onde se destacam os sociológicos.

A Sociologia seria utilizada segundo as duas perspectivas referidas: como definidora das condições de adesão e de participação das populações no planeamento, como equacionadora das necessidades dos homens por grupos, por regiões, segundo as intensidades.

SITUAÇÃO DO PROBLEMA NO MEIO RURAL

5 — A adesão e a participação das populações no planeamento são particularmente importantes em agricultura devido, em primeiro lugar, à natureza dos respectivos factores de produção.

Será operacional passarmos a contrapor a realidade industrial e urbana, à agrícola e rural, a fim de se equacionarem, através da mais conhecida, as características da mais distante e silenciosa.

Assim, enquanto na indústria os factores de produção podem ser estritamente controlados pelo homem, na agricultura continuam ainda muito aleatórios — são elementos do domínio

da biologia e da mesologia: a planta, o animal, o solo, os microrganismos existentes nos três, e o clima. Este conjunto de factores desdobra-se em unidades espaciais, muito condicionados pelas apertadas interdependências daqueles factores — o oxigénio, o hidrogénio, o carbono e o azoto, como elementos comuns e essencialmente vitais, a estabelecerem, de formas muito variadas, combinadas e complexas, as interdependências referidas.

Estas podem ser, e têm sido modificadas secularmente pelo Homem, recriando e diversificando unidades espaciais, segundo as próprias necessidades e cultura — necessidades e cultura influenciadas, por sua vez, não só pela acção de recriar e diversificar, como pelo ambiente mesológico existente antes, durante e depois daquela acção.

6 — Surgiram assim, como produtos e factores da História, as unidades socio-económicas, implantadas em espaços geográficos por elas definidos. Cada unidade com os seus grupos sociais e a sua cultura; da qual são elementos importantes a forma de tratar e de possuir a terra, e a maneira de relacionar estes elementos.

Situa-se nesta perspectiva um facto de importância fundamental: se todo o homem é condicionado pelo meio em que vive, o agricultor é-o de uma forma particularmente intensa. O seu trabalho não fica a um lado, na fábrica, por exemplo, e a sua habitação e família a outro, nas «cidades-dormitórios». Casa, família, agasalhos, alimentação, trabalho e relações, têm estado, e estão, com tanta maior intensidade quanto mais subdesenvolvidas as sociedades, inseridos no mesmo complexo — planta, animal, solo, clima — e dele apertadamente dependentes.

Como processo secular, esta interdependência tem marcado profundamente as sociedades rurais.

7 — Processo radicalmente diferente do que se tem realizado na indústria. Esta é urbana e pontual. A agricultura, pelo contrário, necessita do espaço onde se desdobra a extensão da terra cultivada.

Destas contraposições resulta que o planeamento na indústria se dá sobre objectos criados pelo homem, em ambientes urbanos, onde, por circunstâncias várias, se produziram fenómenos de socialização e de maior instrução — tudo levando a uma melhor aceitação, e, por vezes, mais fácil participação no planeamento.

Existe contudo uma progressiva aproximação de condições entre agricultura e indústria, entre o meio rural e o urbano.

Por um lado, a agricultura racionaliza-se, sofre os poderosos estímulos das economias de troca, que dominam, passa de economia fechada a economia de mercado, tende a especializar-se no domínio da região, do trabalho, das próprias funções empresariais — fun-

ções financeiras, administrativas, comerciais, de técnica agrícola, de exploração da empresa.

Por outro lado, as comunicações e os transportes apertam progressivamente os laços entre a cidade e o campo — aí temos as chamadas cidades do terciário e os núcleos urbanos aconselhados como pontos de necessário enquadramento e progresso do meio rural.

Eis que se desdobram imensas perspectivas de estudo, de interesse fundamental:

- a) em que grau e por que forma se estão a dar estes fenómenos no nosso País?
- b) como actuam, e podem ser utilizados para actuar, num progresso harmónico do conjunto nacional?

Não pretendemos seguir aqui esta linha de análise.

8 — Num plano que supomos anterior, mais urgente e geral, voltamos à particular necessidade da adesão e participação das populações rurais no planeamento agrícola, situada na natureza dos factores de produção, por um lado, e, por outro, na constituição, e, em todo o caso, na existência de unidades regionais muito diferenciadas, a formarem complexos socio-económicos onde a cultura, os grupos sociais, a vida do homem, condicionam e são secularmente condicionados pelos referidos factores de produção.

Tentar-se-ão portanto enunciar sucessiva e muito sumariamente os aspectos principais, relacionando-os com a adesão e a participação das populações rurais no planeamento: as regiões, os factores de produção, as condições de vida do homem rural, os grupos, a cultura.

A ordem adoptada pretende inspirar-se em princípios de análise da «sociologia em profundidade»: seguir os níveis da realidade social, dos de mais simples apreensão para os de apreensão mais difícil; ter constantemente presente que, não só todos os níveis se interpenetram na constante formulação do fenómeno social total, como são todos eles parte de um mero e rudimentar quadro operatório.

Ao invés do método seguido até agora, o breve esboço que se segue fará por ter presente o caso concreto do meio rural português.

ALGUMAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE SOCIOLÓGICA

9 — É muito difícil, para a Ciência, dominar um conjunto tão complexo como o composto pelos elementos enunciados: planta, animal, solo, microrganismos, clima, condições geográficas, homem — elementos do domínio de várias ciências, cuja síntese, em fun-

ção da rentabilidade da exploração agrícola e da satisfação das necessidades da sociedade, é de muito árdua e ainda imperfeita elaboração para cada caso.

São estes elementos que, conforme se expôs, criam a região rural, a qual surge desta forma como uma unidade espacial bem diferenciada.

Se numa sociedade que vai ser sujeita a planeamento existem muitas regiões assim definidas, este adquire aspectos de grande complexidade pela diversificação horizontal que é levado a realizar. O problema tem particular interesse, pois existe em Portugal — o Algarve; o Alentejo; o Ribatejo, composto pela campina, pela charneca e pela zona calcária do norte; a Estremadura, com a sua zona saloia e o Oeste; as diversas Beiras, tão divididas em micro-regiões; o Douro; o Minho; Trás-os-Montes e o Alto Douro; são, com outras, um conjunto complexo de regiões e sub-regiões, diferenciadas pelas diversidades acentuadas dos factores de produção, pela cultura e pela estrutura social das suas populações.

Um planeamento agrícola, que queira simplificar esta diversidade, arrisca-se a insucesso no plano pròpriamente técnico, mas, o que é mais grave e provável, no plano social e, por fim, no económico; uma forma de simplificação será considerar exclusivamente os aspectos estritamente económicos ou até só os de técnica agrícola, menosprezando o facto de se estar perante unidades regionais formando autênticos complexos socio-económicos.

10 — Haveria assim que realizar, para cada região agrícola do País, estudos atentos — acompanhados de cuidadosa experimentação — dos diversos factores de produção já enunciados, assim como a elaboração correcta dos respectivos dados estatísticos, obtidos através de centros regionais de estatística.

É verdadeiramente contrastante a insistência com que estudiosos antigos e recentes têm apontado a nossa grande diversidade regional, e a forma genérica como algumas das medidas de planeamento foram decretadas ou estão em execução, a qual se filiará, aliás, na não menos flagrante escassez de estudos e experimentações rigorosas ao nível das regiões.

Inserese neste contexto um facto evidente mas da maior relevância no presente trabalho, o qual consiste em que os factores de produção são, alguns criados, e todos coordenados e geridos, no seio de cada empresa agrícola — empresa agrícola que deve ter viabilidade económica por um lado, obtendo as maiores rentabilidades, e, por outro, estar ordenada às necessidades das sociedades onde se inscreve.

Ambos os aspectos fazem parte do planeamento agrícola. Este não pode porém chegar aos factores de produção sem passar pelo empresário agrícola, o qual está condicionado por um meio constituído também por outros homens: famílias, assalariados, *élites*

rurais, formas de possuir a terra, relações com os mercados, etc. — por regiões.

11 — Chegamos desta forma ao terceiro nível de realidade social, conforme o critério de análise aqui adoptado: as condições de vida das pessoas do meio rural.

Se o planeamento tem por fim o Homem e pretende a adesão e participação das populações rurais, deve analisar, em cada região, as respectivas condições de vida.

Impõe-se neste domínio um grande trabalho de estatística e inquérito, através do qual se analisem, entre outras, as condições de habitação, de alimentação, os níveis e os géneros de vida, assim como os equipamentos sociais locais, sub-regionais e regionais.

É um trabalho árduo e dispendioso, mas fornecendo, além do já referido, bases seguras para outros estudos, como, por exemplo, os de mão-de-obra, de migrações, de localização de indústrias, de desenvolvimento de cidades e urbanismo, de saúde pública, de transportes e de equilíbrio espacial; dando uma base científica àquilo que cria autoridade no planeamento: o bem das pessoas — sacrificado, por vezes, na exclusividade de especulações abstractas e necessárias da metodologia da Ciência Económica.

Pensamos que os centros regionais de estatística e inquérito (embora, estes sim, por grandes regiões) seriam um instrumento imprescindível para as investigações propostas.

Com condições de vida más, como as actuais, as populações do meio rural dificilmente facilitarão um trabalho de planeamento que as não convença eficazmente de que se processará a uma melhoria real. As suas possibilidades de resistência ao planeamento agrícola são grandes, pois será sempre fácil atribuir os insucessos às contrariedades do clima, às deficiências do solo, a pragas, etc., que muitas vezes existem de facto mas a cujo combate faltou um acréscimo de cuidado e de esforço devotado e oportuno que o trabalhador rural sabe aplicar generosamente quando está interessado.

O estudo científico dos factores de produção pode permitir a rejeição de muitas desculpas, mas não promoverá, por si próprio, esta generosidade. Da mesma forma a melhoria das condições de vida não é condição suficiente da eficácia do planeamento — para além daqueles que beneficiam, está a mentalidade, a cultura do conjunto (que tudo interpreta e tudo pode desvirtuar), estão ainda os grupos dos que não precisam, dos que pensam que não precisam, dos que são, embora a curto prazo, prejudicados.

12 — O conhecimento mais aprofundado da realidade social de cada região exigirá o estudo dos grupos nela existentes.

Será a este nível que se processarão, entre outros, os estudos

de agrupamentos primários, como a família, com todas as suas implicações, tão importantes no meio rural; e de agrupamentos secundários, como as associações de todas as ordens, desde as de cultura às de recreio e desporto, desde as de carácter económico às religiosas, etc.

Não se pretende desenvolver nesta altura toda uma análise de grupos, mas anotar a sua importância em ordem ao planeamento.

Em primeiro lugar supomos que se verificará uma grande escassez de grupos secundários espontâneos no nosso meio rural, o que parece ser grave pelo que revela e pelo que faz prever: por um lado, a existência de diminuta vida comunitária ou de vida comunitária pouco evoluída; pelo outro, as dificuldades que surgirão, se se quiser realizar uma adesão e uma participação orgânicas e perduráveis.

Semelhantes análises sociológicas permitirão também: um conhecimento mais real da forma de ser do meio rural; relações muito úteis quer com as suas condições de vida, quer com a sua cultura; estudos seguros quanto ao equilíbrio regional e nacional dos grupos de pressão; a análise diversificada das motivações.

O problema dos grupos de pressão tem uma importância especial para o planeamento, pelo que merece mais uma referência. De facto, quer a existência, quer o número, como ainda a diversidade de interesses dos grupos de pressão, parecem ser um condicionalismo de base para a eficácia do planeamento.

Se, por exemplo, existem grupos de pressão só de um tipo, com interesses pouco diversificados, será de temer pela realização ou pela eficácia de um planeamento realista. O plano terá de ser então imposto pela autoridade governamental contra esses grupos de pressão, ou a seu favor, desaproveitando-se muitas energias, e perdendo-se no marasmo da burocracia, ou subvertendo-se, por fim, em compromissos que atraçoam as suas finalidades.

A existência de grupos de pressão numerosos e diversificados permite não só que os interesses se compensem, e possam resultar soluções mais justas, como facultará a participação equilibrada das populações no plano, a fiscalização realizada pelas mesmas quanto à equidade das medidas a tomar, e a sua compreensão quanto às dificuldades com que, através dos problemas propostos, se chega às soluções desejadas.

Portanto, se os grupos secundários do nosso meio rural são poucos, com a agravante de serem com alguma frequência grupos de domínio, há que criar condições que levem à constituição socialmente espontânea de grupos múltiplos e diversos. Nesta criação de condições, a cultura desempenha, como se tentará indicar, um papel fundamental.

13 — Deparamos assim com um novo nível: o da cultura, tomada na sua acepção sociológica — como sendo tudo o que o homem acrescentou à natureza.

Teria imenso interesse o estudo das subculturas do meio rural português: como constituem a cultura, como se determina cada uma a si própria, e se virá a relacionar com o planeamento.

Destacamos os estudos das subculturas regionais, dos meios sociais, das gerações sociais, e das ideologias. Supomos que a subcultura dos meios sociais tem de comum com a subcultura das ideologias as mesmas populações em determinadas subculturas regionais do espaço português. O que deveria merecer particular atenção nos estudos de planeamento.

De facto, para obter a adesão e a participação das populações, nos seus diversos estratos, não será indiferente o saber, ou não se saber, se em determinada região certos grupos secundários, quase identificados com meios sociais, possuem subculturas que estão a ser trabalhadas por ideologias opostas, paralelas, convergentes ou divergentes.

Seria através do estudo das subculturas que nos aperceberíamos da diversidade de motivações no meio rural, e de como são diferentes de outros meios onde dominam, desde longa data, a economia de mercado, imensa multiplicidade de «papéis sociais», grande intensidade de informação e relações.

Enquanto na cidade as motivações dos actos de produção são normal e predominantemente económicas, na agricultura são muito mais complexas — considerações de prestígio social, de beleza, de tradição, de ordem sentimental, são, entre outras, motivações frequentes da forma e até da existência de determinados processos de produção. Portanto, quando se pretenda modificar as condições de produção ou substituir a própria produção, é importante que se conheçam as respectivas subculturas de maneira a criar condições de adesão e formas de participação das suas populações.

Ainda dentro deste nível da realidade social dever-se-ia estudar o problema do tempo: os ritmos, as escalas de tempo e as temporalidades dos fenómenos sociais; importantes componentes de uma subcultura.

Não se deve perder de vista que as temporalidades dos fenómenos de produção agrícola, e até a sua aleatoriedade, têm marcado profundamente as escalas de tempo dos agricultores; o que se sente por sua vez, embora sob as formas mais diversas, ao pretender-se, em certas regiões, a aceleração de todo o ritmo da produção agrícola. A promoção da participação dos agricultores no planeamento deve, por exemplo, ao ter estes fenómenos em consideração, começar em ritmo lento com aceleração controlada e progressiva.

Evitar-se-iam muitos choques e reacções, surdas ou declaradas, se os que contactam com o meio rural, no nosso caso os

planeadores, tivessem presente a diferença de culturas, de motivações e de ritmos, por grupos e regiões.

Eis-nos finalmente num outro problema, que não trataremos: o da educação — habituar as pessoas a tentarem compreender, fornecer-lhes elementos para realizarem a compreensão: os da cidade não serão sistemática e rigidamente revolucionários ou influenciados pela revolução, mas talvez tenham razões para pretenderem um progresso acelerado; os do campo não serão sistemática e rigidamente reaccionários, mas pessoas com motivações e ritmos diferentes dos da cidade.

A educação será o meio mais poderoso para conjugar motivações; corrigir ou interpenetrar ritmos; fazer evoluir as culturas e subculturas, situando-as no mundo de hoje; promover os grupos a todos os níveis, em todos os domínios, como forma de dar expressão social à pessoa; levar uns a exigir com clarividência e todos a criar com generosidade operante melhores condições de vida.

14 — Num mundo ainda tão dividido por ideologias, pavores, situações de privilégio, interesses e necessidades, será obra concreta de paz o aplicar todos os dados que as diversas ciências nos oferecem na construção constante de uma sociedade sempre mais equitativa e portanto mais humana.

Nestas perspectivas, o planeamento pode ser um importantíssimo instrumento de paz, na liberdade e na justiça — pela síntese que pode e deve fazer dos dados e métodos de um número progressivo de ciências. De entre estas, e no sector agrícola português, a Sociologia parece dever desempenhar um papel essencial, como se pretendeu enunciar.

*Mário
Murteira*

Poder Económico e Concorrência

Em 1866, uma companhia de caminhos de ferro norte-americana, ao responder a um inquérito, afirmou que «não faz quaisquer relatórios e não publica quaisquer informações — e nada fez do género nos passados cinco anos.» Actualmente, a American